

Análise da Base Nacional Comum Curricular em relação a gênero e sexualidade

Brenna Yonarah Santiago Avelar; Orientadora: Prof^a Dr^a Mariana Guelero do Valle

(Universidade Federal do Maranhão, brenna.avelar@gmail.com; mariana.valle@ufma.br)

Resumo

Nos últimos anos discussões relacionadas ao gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero estão cada vez mais comuns nos meios sociais, porém, por serem considerados por muitas pessoas como assuntos tabu, ainda há um preconceito por trás dessas discussões. A escola, por ser um ambiente social de construção da valorização e do respeito à diversidade, é necessário que essas discussões estejam inseridas no currículo para que se tente trabalhar questões como preconceito e discriminação, além de se objetivar também evitar o *bullying*. Diante disso, o objetivo deste trabalho é investigar a presença dos termos gênero e sexualidade ao longo das três versões da Base Nacional Comum Curricular (BNC). Utilizou-se uma abordagem do tipo qualitativa e o referencial metodológico empregado foi o da análise de conteúdo. Baseados nesse referencial foram identificados dois índices: gênero e sexualidade, e foi elaborado um indicador denominado Educação e Sexualidade. A partir da referenciação dos índices e do indicador foi possível iniciar a análise. Foi identificado que os índices gênero e sexualidade estão presentes em todas as versões do documento, porém o número de ocorrências é variável, pois aumenta da primeira para segunda versão e diminui da segunda para a terceira. Mediante o exposto, por esse documento ser um normativo do currículo das escolas de educação básica do Brasil, é importante que possamos entender melhor a variação nas ocorrências dos termos, principalmente no que se refere às supressões dos referidos termos na terceira versão da BNC, pois essa corresponde a versão mais atualizada desse documento.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; gênero; diversidade; sexualidade.

Introdução

Nos últimos anos questões relacionadas ao gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero estão cada vez mais presentes no nosso cotidiano e discussões sobre a temática acontecem nos mais variados meios de comunicação. Porém, foi na década de 1970 que se iniciaram os debates relacionados ao gênero, essas discussões sofreram influências das feministas da época que lutavam contra as distinções sociais (MELLO 2010; SCOTT, 1995). Em meio a essas lutas feministas surgiram diversos conceitos para a expressão gênero, que muitas vezes estava associado figura feminina. Para Mello (2010), esse termo relaciona-se com a questão biológica, é uma condição, o sujeito nasce macho ou fêmea, mas só se torna homem ou mulher a partir de questões culturais.

Concordando com a definição trazida pela autora anterior, os Parâmetros Curriculares Nacionais também tem uma conceituação similar à exposta anteriormente, quando afirma que “gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais” (BRASIL, 1998, p. 321). Diante disso, percebe-se que questões relacionadas ao gênero estão relacionadas a representações culturais e sociais, e que precisam estar presentes no contexto escolar.

A presença desses assuntos no âmbito escolar é garantida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação básica quando em seu texto de apresentação afirma que questões relacionadas à diversidade humana, social, cultural e econômica precisam estar presentes em toda educação básica como parte do processo de inclusão social e precisam ser contemplados pelas políticas públicas, como podemos ver a seguir:

Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, populações do campo, de diferentes orientações sexuais, sujeitos albergados, em situação de rua, em privação de liberdade, de todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas. (BRASIL, 2013, p. 7)

Essa temática está relacionada às lutas dos direitos humanos que cada vez mais estão associados aos processos educativos. A partir da aprovação do Parecer CNE/CEB nº 5/2011 se estreita ainda mais essa relação entre os direitos humanos e a educação, uma vez que o parecer fundamenta que as Diretrizes Curriculares Nacionais reconheçam a educação como parte fundamental dos Direitos Humanos e que a contar desse parecer possa-se “implementar processos educacionais que promovam a cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica e cultural, de identidade de gênero, de orientação sexual, religiosa, dentre outras, enquanto formas de

combate ao preconceito e à discriminação.” (BRASIL, 2013, p. 334).

A Base Nacional Comum Curricular (BNC) é um documento normativo dos currículos da educação básica das escolas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas, e tem o objetivo de esclarecer os conhecimentos primordiais que cada estudante tem direito ao acesso, sendo mais uma ferramenta de auxílio à orientação na construção do currículo. A construção desse documento é de responsabilidade social, sendo direito de todos os cidadãos participarem de sua elaboração através de uma consulta pública, que ocorreu por meio do canal de divulgação do documento, no período de setembro de 2015 a março de 2016. Foram doze milhões duzentos e dezesseis mil e quinhentas e dez contribuições para o próximo passo desse processo de produção da Base Nacional Comum que é a segunda versão do documento (BRASIL, 2016).

A segunda versão da BNC veio a público em maio de 2016 e teve bastantes alterações em relação a sua primeira versão. A maioria das modificações existentes estava relacionada com as contribuições recebidas a partir da consulta pública. No período entre junho e agosto de 2016 aconteceram os seminários estaduais que contaram com a presença de nove mil duzentos e setenta e cinco participantes, entre eles professores e alunos de educação básica, alunos de ensino superior e pesquisadores na área de ensino, analisando essa segunda versão e fazendo contribuições para a versão final. As contribuições se organizaram em relatórios estaduais e foram encaminhados ao Ministério da Educação.

A versão final do documento foi divulgada parcialmente em abril de 2017, faltando à última versão do Ensino Médio. O novo prazo para a divulgação dessa última parte é o segundo semestre de 2017. O atraso na entrega do documento do ensino médio está relacionado com a aprovação da Medida Provisória (MP) nº 746, popularmente conhecida como “Reforma do Ensino Médio”. Essa MP tornou-se pública em setembro de 2016 e foi aprovada pelo Senado em fevereiro de 2017. As mudanças previstas nessa MP são:

Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. (BRASIL, 2016, p. 1)

Tendo em vista a importância dessa temática e o processo de elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular (BNC) que visa nortear os currículos da educação

básica, esse artigo objetiva identificar a presença dos termos gênero e sexualidade presentes nas três versões da BNC até o ensino fundamental.

Metodologia

A presente pesquisa é um recorte do meu trabalho de conclusão de curso que tem como objetivo geral analisar as três versões da Base Nacional Comum Curricular, divulgadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Essa pesquisa tem uma abordagem qualitativa, pois concordamos que ela “é de particular relevância aos estudos das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”, conforme é exposto por Flick (2009, p.20) em seu livro sobre “Introdução à pesquisa qualitativa”.

Nosso objeto de pesquisa são as três versões da Base Nacional Comum Curricular, porém as análises só foram realizadas desde o texto introdutório desse documento até o 9º ano do ensino fundamental, uma vez que a divulgação da última versão feita em abril de 2017 só contemplou até esse nível de ensino.

O referencial metodológico utilizado foi Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). De acordo com a autora a análise do *corpus* da pesquisa pode ser dividida em três momentos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O primeiro momento é de organização, é nessa fase que há a escolha do documento a ser submetido à análise e para isso faz-se uso da leitura flutuante, uma leitura inicial, de primeiro contato com o documento, momento de invasões de ideias, impressões e orientações. Já a segunda fase é de “mão na massa”, os objetivos já estão definidos, o *corpus* selecionado, e dá-se início às análises, em que são definidas as unidade de análise, unidade de registro e unidade de contexto, que dão sentido aos recortes que feitos pelos índices e indicadores (pré-análise). A unidade de registro é a unidade de significação que pode ser definida de acordo com o nível semântico, o tema, e/ou do lingüístico, a frase ou a palavra. E a unidade de contexto serve para que haja uma compreensão da unidade de registro, podendo ser o parágrafo para uma frase ou palavra.

Por fim, o terceiro momento do referencial é de tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Os resultados encontrados precisam ser tratados de maneira que se tornem significativos de acordo com o objetivo da pesquisa, e as inferências e interpretações são feitas após esse tratamento, é nesse momento final que discute-se sobre os resultados esperados, encontrados e inesperados.

Para esse trabalho foram seguidas as três fases definidas por Bardin, em que foram encontrados um indicador e três índices, e definidos a unidade de registro e contexto, frase e parágrafo, respectivamente.

Resultados e discussão

A partir da análise dos documentos foram identificados três índices e elaborado um indicador referente ao objetivo do trabalho. Os índices encontrados foram: gênero, orientação sexual e sexualidade, e o indicador foi intitulado Educação e Sexualidade (Quadro 1).

Indicador	Índice	Ocorrências		
		BNC 1	BNC 2	BNC 3
Educação e Sexualidade	Gênero	10	25	15
	Sexualidade	2	10	5

Quadro 1. Quadro de ocorrência de índices encontrados nas três versões do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNC).

Como pode ser visto no quadro acima, o índice de maior ocorrência é gênero e o de menor ocorrência é orientação sexual. Isso está relacionado com a intencionalidade do corpo técnico da BNC, uma vez que assuntos referentes ao gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero são alvos de constantes discussões quando estão relacionados com questões educacionais. Essas discussões iniciam-se na sociedade civil e refletem em documentos oficiais, como pode ser visto a seguir:

A mais ruidosa polêmica diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto. (BRASIL, 2014)

No trecho acima se percebe que houve uma polêmica relacionada à presença dos termos gênero e orientação sexual no texto do Plano Nacional de Educação, e pode-se dizer que o mesmo acontece nos documentos da BNC, quando fala-se em preconceitos e é citada questões referentes a gênero, como é visto no trecho abaixo:

“(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de gênero.” (3ª versão da BNC, pag. 301)

É possível perceber que, ao se referir aos preconceitos, não há uma preocupação em discutir quais preconceitos seriam esses e nem quais seriam essas diferenças de gêneros. Essas preferências por evitar o uso de termos como orientação sexual e identidade de gênero nos dois trechos mostrados acima se baseiam nas constantes discussões relacionadas à homossexualidade, definição de família e identidade, que são temas atuais, alvos de constantes discussões, porém ainda carregados de muito tabu e preconceito.

A presença de discussões relacionadas a essa temática no ambiente escolar são pertinentes, pois a escola é um local “potencialmente explicitador e questionador das complexas formas pelas quais as identidades culturais são construídas, articuladas, experienciadas, transgredidas e re-articuladas no âmbito do social” (FURLANI, 2007, p. 271), porém é preciso que esses temas estejam presentes no currículo como conteúdo obrigatório e de forma clara e não apenas como um tema transversal.

O índice de maior ocorrência é o gênero como já foi dito anteriormente, e sua presença é notada em todas as versões da BNC, porém pode-se identificar no quadro 1 que o número de aparições é variável. Temos uma crescente da primeira para segunda versão, o que pode criar uma expectativa de que a terceira versão irá trazer muito mais discussões relacionadas a essa terminologia, mas o que é percebido é uma redução de 60% em relação à segunda versão.

Além disso, a aparição desse termo muitas vezes estava associado à área da lingüística, como por exemplo, gêneros textuais, literários e não literários. Essas aparições são muito comuns no documento e geralmente são encontrados nos componentes curriculares Língua Portuguesa, Literatura e Língua estrangeira. No entanto, foram desconsiderados na contabilização, pois não se referem ao contexto da análise.

Assim como o índice gênero, o índice sexualidade também está presente em todas as versões do documento e com uma distribuição bem semelhante, há uma crescente da primeira para a segunda versão e uma redução de 50% das aparições da terceira com relação a segunda versão.

A inserção do tema sexualidade no currículo é uma discussão antiga que teve início no século XVIII, mas não tinha um caráter educativo, pois objetivava proibir a prática de atos sexuais pelos jovens. No entanto percebeu-se a necessidade de uma educação voltada para orientar os alunos a se prevenirem contra doenças, como a AIDS e gravidez (SAYÃO, 1997). Diante disso, percebe-se a importância de se discutir questões relacionadas à sexualidade no ambiente escolar, uma vez, que a temática está ligada a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, entre outros assuntos.

Além das questões relacionadas à saúde pública, se faz necessário debater essa temática, pois muitas famílias ainda olham esse assunto com tabu e não entendem a importância da educação sexual. Flávia Beraldo afirma em seu trabalho de sugestões práticas sobre a sexualidade na escola que esse tema vai além de tratar questões relativas a doenças e gravidez, mas que ela é composta por três aspectos fundamentais: transmissão de informações verdadeiras; eliminação do preconceito e atuação na área efetivo-emocional (BERALDO, 2003).

Considerações finais

A partir da investigação feita na Base Nacional Comum Curricular foi possível perceber que esse documento está passando por mudanças constates em seu processo de elaboração, e é importante entender o porquê dessas variações, principalmente no que se refere a terceira e última versão, que é a versão mais atualizada desse documento e com menos participação popular. Deste modo, percebe-se a importância de discutir esse documento, assim como outros documentos curriculares, uma vez que a escola é um meio importante de discussão sobre as questões sociais e, sobretudo de valorização e respeito à diversidade. Além do mais, precisamos estar estarmos atentos as problemáticas relacionadas ao gênero e a sexualidade tanto no cenário político quanto no educacional.

Referências Bibliográficas

BERALDO, F. Sexualidade e escola: um espaço de intervenção. **Psico. Esc. Educ**, São Paulo, n. 1, v.7, jun. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572003000100012> Acessado em: Set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (1ª versão)**, 2015. Disponível em < <http://historiadabncc.mec.gov.br/#!/site/inicio>> Acessado em: Ago. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (2ª versão)**, 2016. Disponível em < <http://historiadabncc.mec.gov.br/#!/site/inicio>> Acessado em: Ago. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (3ª versão)**, 2017. Disponível em < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>> Acessado em: Ago. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica: diversidade e inclusão**. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17212-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192> Acesso: Ago. 2017

_____. **Medida Provisória N° 746/2016** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm> Acessado em: Dez. 2016

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação sexual.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>> Acesso: Ago.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3 ed. São Paulo: Artmed, 2009. p. 399

FURLANI, J. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em revista**, Belo Horizonte, n. 46. p. 269-285, dez. 2007. Disponível em <<http://lrc-ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/obj22054.pdf>> Acessado em: Set. 2017

MELLO, E. J. **Estudos de gênero no âmbito das Ciências Sociais: material de apoio para o professor de Sociologia do Ensino Médio.** Disponível em <<http://ensinosociologia.ffe.ch.usp.br/sites/ensinosociologia.ffe.ch.usp.br/files/2010-1-Erica%20Janecek-Estudos%20de%20genero%20no%20ambito%20das%20Ciencias%20Sociais-1-texto.pdf>> Acesso: Ago. 2017

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. (organizador). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1997. p. 107 – 118.

SCOTT, J. W.(1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1995, p. 5-22. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> Acesso: Ago. 2017